

HISTÓRIA, GÊNERO, AMOR E SEXUALIDADE: OLHARES METODOLÓGICOS

Lourdes M.G.C. Feitosa*

*O passado nunca conhece o seu lugar.
O passado está sempre no presente.*
[Mário Quintana]

FEITOSA, L.M.G.C. História, gênero, amor e sexualidade: olhares metodológicos. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 13: 101-115, 2003.

RESUMO: Esse artigo apresenta uma reflexão sobre gênero para o estudo da História Antiga Romana e discute aspectos teóricos sobre a escrita e o conhecimento histórico. Considerando dimensões amorosas e de gênero, propõe definições para os conceitos de “feminino” e “masculino”. Neste caminho, estudos historiográficos recentes da Antiguidade Romana são analisados, dos quais são destacados as contribuições e avanços trazidos pelos “estudos das mulheres” e sua trajetória em direção a uma cuidadosa análise de gênero sobre o mundo romano.

UNITERMOS: Teoria da História – Estudo de gênero – Amor – Sexualidade.

Os temas do amor e da sexualidade tornaram-se mais frequentes no campo histórico ao longo das últimas décadas do século, momento em que se aprofundam e intensificam os debates a respeito dos métodos e da escrita da História e a inserção de temáticas até então desconsideradas em sua análise. O interesse em compreender as inúmeras nuances que envolvem a vida dos seres humanos tem estimulado o desenvolvimento de análises interessadas nas variações culturais e históricas da constituição do corpo, das relações afetivas e das maneiras de instituir e gerir a sexualidade.

Nos temas históricos, as reflexões sobre essas abordagens passaram a refletir o anseio de pesquisadores preocupados em questionar

enraizados pressupostos, e buscar outros suportes teóricos que permitissem inserir, em sua área de conhecimento, a história daqueles até então dela excluídos e rever antigos conceitos. A classificação dos indivíduos entre mulher e homem, segundo suas características físicas e com desempenhos e parceiros sexuais específicos, fixados por uma tradição moral baseada em relações heterossexuais, passou a ser incessantemente debatida. Essas discussões refletiram-se no campo teórico com análises preocupadas nas variedades que os comportamentos pessoais, as relações afetivas e sexuais, e os valores morais adquiriram ao longo da História.

Alguns aspectos desses questionamentos sociais e culturais e sua influência sobre o surgimento de novas propostas teóricas, bem como posturas metodológicas sobre o conhecimento e a escrita da História, são considerados neste artigo.

(*) Doutora em História Social pelo IFCH/UNICAMP.

Nesse caminho, é delimitado o posicionamento teórico adotado, principalmente no que diz respeito ao estudo de gênero, utilizado como referência para a análise das concepções de feminino e de masculino no universo popular pompeiano. Por ser um tema de análise muito recente, envolto em um efervescente e amplo debate, é apresentado um breve histórico de sua convergência com as reflexões feministas e os elementos de sua abordagem contemplados para o desenvolvimento deste texto.

Reflexões teóricas

O que é História? De que maneira é produzido o conhecimento histórico? Questionamentos como esses têm freqüentemente acompanhado os historiadores na análise histórica e, nas últimas décadas, pode-se perceber que propostas apresentadas tanto por historiadores, como filósofos, sociólogos, antropólogos e literatos, têm contribuído para se fazer mais claro um entendimento sobre eles.

Gostaria de iniciar essa discussão com estas duas questões postas por Foucault: Quem somos nós hoje? O que significa pensar a nossa atualidade? Foucault, em *Q'est-ce que les Lumières?* (1984), procura refletir sobre essas questões já levantadas em um texto, de mesmo título, publicado por Kant em 1784. Considerado por Foucault como o texto inaugural da Modernidade, inovador em sua reflexão histórica naquele período, Kant esboça uma resposta ao que definia como Modernidade ou Período das Luzes. Define-a como uma atitude mais do que um período da história, sendo esta identificada em uma maneira diferente de pensar, de sentir, de agir e de se conduzir em relação ao homem do passado (Foucault 1984: 568). O espírito da modernidade permitiria o uso livre e público da razão pela humanidade, a conquista de sua maioridade por meio da racionalidade e sua autonomia em relação à superstição e à dependência religiosa (Foucault 1984: 562, 568, 571). Por meio dessa interpretação, o saber histórico passava a envolver concepções absolutamente centralizadas em explicações racionais e objetivas da realidade, ocasionando a sua redução a conceitos rígidos e padronizados, a verdade.

Como fez Kant no final do século XVIII, nas últimas décadas, muitos historiadores e filósofos têm se dedicado a repensar o momento presente, a realizar inúmeros questionamentos e propor ampla

crítica cultural, teórica e epistemológica à elaboração, à escrita e ao discurso do modelo iluminista.

Originadas em lugares diversos e com enunciados diferenciados, tais análises chamam a atenção para o uso do método histórico como representante de uma ótica capitalista e industrial, fundamentada na imagem de progresso e da superioridade dessas sociedades. O saber histórico aparece como o resultado dessa visão, propagada por meio de idéias universais dadas pelo resgate de contextos históricos; a existência de sujeitos universais como “a mulher” “o homem” “o povo”; além da crença na objetividade do discurso científico e na onisciência do narrador, projetando uma imagem de autoridade à análise como se fosse a própria recuperação do passado.¹

Nele, as sociedades anteriores eram vistas como etapas de uma evolução programada e destinada a gerar o homem moderno. Não todo e qualquer homem, mas aqueles que “verdadeiramente” faziam e ocupavam o espaço definido como o da história (social e, por extensão, acadêmica), ou seja, o político e o econômico, portanto, os imperadores, os militares e os grupos dominantes, considerados os detentores do poder e definidores do curso da História. Um dos aspectos salientados por interpretações críticas é como esses estudos sobre o passado e os dos aspectos enaltecidos como as guerras, os expansionismos territoriais, os conceitos de cultura dominante e dominada e de superioridade das elites masculinas caracterizam não o seu resgate, mas olhares e versões sobre ele, a partir de enfoques e perspectivas que garantem às sociedades ocidentais capitalistas a manutenção de seu *status quo*.

Os inúmeros questionamentos e discussões realizados em torno do conhecimento histórico e a grande profusão de métodos e propostas teóricas alternativas acabaram gerando tempos de incertezas e crises epistemológicas na Ciência Histórica, como disse Chartier nos anos setenta (1994: 100). Desde então, não se tem um conceito único do que seja História, nem as direções definidas para fazê-

(1) Há uma ampla bibliografia crítica às formulações teóricas da narrativa tradicional e do repensar historiográfico, dentre a qual menciono: Thompson 1981; Veyne 1982; Castoriades 1982; Foucault 1984; White 1997; J. Schmitt 1990; R. Chartier 1994; P. Joyce 1995; M. Certeau 1999; D. Fowler 2000 e M. Rago, R. Gimenes 2000.

la, e uma multiplicidade de estudos passou a realçar outras maneiras de se conceber o conhecimento e a escrita da História.

Diversos aspectos desses novos questionamentos e de suas implicações teórico-metodológicas orientam os rumos deste estudo. Partilho, com tais questionamentos, a idéia de que os fatos históricos não estão prontos para serem descobertos e revelados em uma seqüência contínua, mas que são definidos, segundo uma formulação do historiador e interpretados por ele (Veyne 1982: 53; Chartier 1990: 79; Barthes 1988: 156; Joyce 1995). Como o “fato” histórico não é concebido como um acontecimento, a ser encontrado em algum lugar do passado, também não é possível dizer “o que realmente aconteceu”, na medida em que é o historiador quem elege o seu tema e constrói as suas verdades parciais. O objetivo não é produzir um conhecimento absoluto, verdadeiro e definitivo do assunto proposto, mas oferecer interpretações que sejam utilizadas como chaves de uma caixa de ferramentas (Ewald 1993: 26), que auxiliem as análises dos temas investigados por meio de seus pontos em comum ou de seus embates.

A intenção não é fazer uma meta-história, nem a preocupação em compreender objetivamente “toda” a realidade social analisada. Caminha-se para a microhistória, cuja proposta é penetrar as tensões sociais por meio da história de uma pessoa, de um grupo ou de algum acontecimento, e destacar o heterogêneo, o local e o específico. Estou em sintonia com o conceito de conhecimento histórico como um discurso subjetivo, histórico e político.²

Subjetivo e histórico porque os valores e as experiências que me identificam como ser humano e pesquisadora interferem na escrita do texto que produzo; e político, porquanto a escolha do tema pesquisado não é aleatório, mas visa a questionar uma dada situação. A aceitação da História como um discurso abre a possibilidade de se questionarem os motivos que levaram à construção de diversas acepções de passado. Trata-se de um olhar sobre povos que já viveram, um olhar que não tenha um fim em si mesmo, ou seja, que não se restrinja a saber “o que aconteceu”, mas que ofereça

perspectivas para pensar o nosso momento e questionar as razões que induziram as conotações construídas sobre o passado (White 1994: 62). Uma História vista pelo ângulo proposto por David Harlan:

que não diga respeito a autores mortos, mas a livros vivos, não a um retorno de escritos antigos a seus contextos históricos, não à reconstrução do passado, mas fornecendo um meio crítico pelo qual os trabalhos valiosos do passado possam sobreviver a seu passado de modo a falar-nos sobre nosso presente (Harlan 2000: 62).

Sim, olhar para o passado a partir de reflexões do presente, sob a influência de diversos questionamentos pelos quais tem passado a ciência histórica, dos quais alguns aspectos mais diretamente relacionados a este estudo estão sendo apresentados. Parto de uma preocupação em confrontar discursos historiográficos contemporâneos sobre a sexualidade de populares romanos, com dados advindos de interpretações dos grafites pompeianos. As indicações parietais sexo-amorosas, além da comparação acima mencionada, permitem sugerir outras referências de feminino e de masculino para aquele universo. Com essa preocupação de uma análise de gênero, a seguir é apresentado o significado adotado para esse conceito.

Relações de gênero: uma definição

A abordagem do sistema sexo/gênero, que trata da apreensão das relações de gênero, por meio de estudos sobre comportamento ou representações da sexualidade, ainda é muito recente na pesquisa histórica, como enfatiza Skinner (1997: 3). No estudo da Antigüidade, a questão tem sido tratada principalmente pela historiografia de língua inglesa, cuja análise vincula discursos sobre sexualidade, articulação de gênero e o lugar social.³ A análise de gênero utilizada para os estudos de sociedades antigas ganha maior destaque a partir

(2) Cf. Jones 1997 e Funari, Hall, Jones 1999. Como escreve Saffioti, “aceitou-se o engajamento do historiador em sua contemporaneidade e a relativização de sua objetividade” (1992: 45).

(3) O livro organizado por Hallett e Skinner sobre *Sexualidades Romanas* é um bom exemplo desse tipo de análise. Por meio de discursos como os da medicina, das leis e da literatura, os autores apresentam variados ângulos da construção da imagem de masculino e de feminino a partir de posturas sexuais estabelecidas entre as elites romanas do início do Império. Cf. Hallett e Skinner 1997.

dos anos de 1990, mas é ainda muito discutida e ambígua para aqueles que desejam enveredar por essa área.⁴ A idéia de gênero surgiu durante a década de 1980, no bojo das epistemologias feministas, e tem perpassado diversas áreas do conhecimento como a Psicanálise, a História, a Linguística, a Antropologia e a Sociologia, dentre outras, com extensas perspectivas de análises.

Já as abordagens feministas, amplamente discutidas nas últimas três décadas, colocaram em debate o papel das mulheres na História, procurando compreender as diferenças instituídas entre os sexos e as relações de poder estabelecidas entre eles. Até os anos sessenta, grande parte da historiografia e, de maneira geral, a que tratava da Antigüidade, pouca atenção destinou às mulheres, pois o interesse corrente estava nas cenas de guerras e nas disputas políticas, espaços nos quais “elas” pouco apareciam (Perrot 1989: 9-18). As exceções dão-se em alguns estudos relacionados às mulheres chamadas célebres como, por exemplo, a história de Messalina, de Cleópatra, de Lívvia ou Penélope, cujo interesse está na relação que possuíam com homens famosos ou pelo poder que detinham (López 1994: 37-40).

Essas discussões feministas vieram acompanhadas de uma recolocação dos princípios teóricos das Ciências Humanas, até então pouco atentos às experiências femininas. Alargou-se o conceito de documento histórico e, além dos tradicionais escritos oficiais, também ganharam valor documental a iconografia, a numismática e muitos outros vestígios arqueológicos, permitindo, desde então, “trazer para a História” as experiências e os olhares femininos. Sobre a História Antiga Romana, esses estudos têm permitido rever as áreas de atuação tradicionalmente atribuídas às mulheres, bem como repensar conceitos como “público” e “privado”, formas de atuação política e os fundamentos, composição e participação dos grupos sociais nas diversas esferas da organização social.

É possível perceber, nos estudos sobre mulheres, publicados no período de 1960 até 1980, o forte objetivo de trazer à luz quem eram e quais as atividades e papéis sociais desempenhados por elas na sociedade em que viviam, juntamente com discussões mais particularizadas sobre a sua

influência e participação nas esferas de poder. Ampliaram-se os estudos sobre as mulheres romanas, principalmente daquelas pertencentes a grupos aristocráticos. Um número significativo de documentos como moedas, inscrições, estátuas e tumbas passou a ser utilizado como evidências da participação de muitas delas no meio público.

Estudo mais específico sobre mulheres não aristocráticas, que merecem especial atenção nesta pesquisa, é o trabalho de Michele D’Avino intitulado *Donna a Pompei* (D’Avino 1964). A obra é baseada em evidências epigráficas, inscrições e grafites, encontrados na cidade de Pompéia, oferecendo informações gerais sobre a participação de pompeianas na vida pública da cidade. A sua valiosa contribuição está na apresentação de atividades desempenhadas por aquelas das “classes baixas” – plebéias, livres e escravas – em suas atividades de trabalho e na política local, apoiando candidatos em escrutínios locais.

Das diversas pesquisas sobre mulheres trabalhadoras romanas, publicadas a partir daquele momento, destacam-se as análises inovadoras de Le Gall (1970) e Treggiari (1975 e 1976), cuja proposta foi reunir informações sobre os ofícios desempenhados com o *status* social e familiar dessas trabalhadoras. Em 1981, Natalie Kampen publica *Image and status: Roman working women in Ostia*. A autora utiliza imagens de trabalhadoras esculpidas em relevos de Óstia, para examinar concepções apresentadas a respeito delas, em uma discussão inicial de classe e gênero. Ainda nos anos 80, Bernstein publicou *The public role of Pompeian Women*, em que destacou a participação feminina, de diferentes estratos sociais, na vida pública e social de Pompéia. Desenvolve o trabalho apoiado em documentos epigráficos e arqueológicos, que são particularmente importantes para o conhecimento do mundo do trabalho urbano no âmbito popular.

O movimento feminista impulsionou os estudos sobre as mulheres em diversos períodos históricos, mas é com a análise das relações de gênero que a questão feminina passa a ser discutida em confronto com a masculina. Com a influência das reflexões pós-modernistas e pós-estruturalistas, e a valorização do diverso e do heterogêneo no interior das sociedades, as discussões das epistemologias femininas ganharam complexidade, e a idéia de uma essência feminina ou masculina tornou-se insuficiente para justificar os diferentes interesses e compor-

(4) Sobre eles ver Costa, Bruschini 1992; Rabinowitz, Richlin 1993; Scott 1995; Pedro, Grossi 1998.

tamentos femininos e masculinos de grupos sócio-culturais diversos. Passou-se a questionar, dessa maneira, o uso dos termos “homem” e “mulher” como categorias fixas e de sentidos universais estabelecidos estritamente por uma determinação física. Como escreve Saffioti:

os fatos biológicos nus da sexualidade não falam por si próprios; eles devem ser expressos socialmente. Sente-se o sexo como individual ou, pelo menos, privado, mas estes sentimentos sempre incorporam papéis, definições, símbolos e significados dos mundos nos quais eles são construídos (Saffioti 1992: 187).

Não que a questão seja simples ou fácil de optar entre uma inclinação “biologizante”, na qual as definições de feminino e de masculino são dados pelas características físicas, ou “culturalista” analisados em função de cada sociedade. Os avanços nas pesquisas biomédicas permitem perceber, por exemplo, que determinadas doenças acometem com mais frequência o corpo feminino, enquanto outras, o masculino; ou ainda, que determinados medicamentos, testados e aperfeiçoados no físico de homens, não surtem os mesmos efeitos em mulheres, deixando em evidência o quanto é discutível a interferência, ou não, do aspecto fisiológico na caracterização de cada um deles. Certamente esse princípio dual existe e é a primeira referência de classificação, como foi indicado anteriormente. Entretanto, ainda que resguardadas as devidas especificidades físicas, as contribuições de gênero são importantes na medida em que vêm conferir à diferença sexual não apenas um parâmetro exclusivo e natural da distinção entre eles. Para além das essências, os estudos de gênero abordam os variados significados que estes conceitos adquirem quando considerados o momento histórico, os grupos sociais e os valores culturais em que foram e são formulados.

Isso tem sentido na medida em que, em diferentes tradições culturais, as noções das identidades - homens ou mulheres - são variadas e podem, ou não, estar relacionadas ao aspecto físico.⁵ Há

(5) Sobre diferentes construções culturais entre sexualidade e gênero em sociedades contemporâneas, conferir os instigantes artigos que estão em Caplan 1996.

sociedades que constroem o significado de gênero em uma associação direta com o sexo biológico, fato até pouco tempo aceito, sem discussão, em diversas sociedades contemporâneas, e ainda fortemente presente em seu imaginário, como é o caso da nossa. Mas os atributos que definem o masculino e o feminino não são nem foram sempre idênticos (Sena 1992: 31).

É notório que as reflexões de gênero são permeadas pela perspectiva do olhar crítico feminista (Machado 1992a: 9), feroz combatente das desigualdades sociais entre masculino e feminino das sociedades contemporâneas, mas se distanciam dessa perspectiva quanto à aceitação desse modelo social binário - homem e mulher. As análises de gênero ampliaram o campo da discussão e acirraram os debates em torno da construção dos conceitos de “feminino” e “masculino” apresentando diferentes e mesmo divergentes abordagens e trajetórias pelas quais os estudos de gênero têm sido formulados e, polemicamente, utilizados em diversas áreas do conhecimento.⁶

Sem a intenção de resumir ou simplificar em demasia esse intrincado debate, aqui são apresentados os pressupostos de gênero que estão sendo considerados nesta pesquisa. O primeiro deles trata da constituição histórica do que seja característico à feminilidade e à masculinidade,⁷ possibilitando compreender como os comportamentos que os distinguem são influenciados pelas relações culturais articuladas entre eles. Por essa razão, os variados grupos sociais, baseados em seus valores, conceitos e visões de mundo, formulam diferentes vínculos e interpretações para o que seja característico de cada um deles.

Uma outra dimensão está na atenção sobre as construções discursivas constituídas no interior das sociedades com o propósito de justificarem as diferenças sexuais. Formuladas entre os grupos sociais, as representações de si e do outro são alicerçadas em discursos que evidenciam marcas

(6) Como exemplo, pode-se citar Costa e Bruschini 1992; Pedro e Grossi 1998 e Bessa 1998, onde diversas áreas apresentam a complexidade e diversidade de posicionamentos, tanto no Brasil como no exterior.

(7) Exemplos da teorização sobre as questões de gênero podem ser vistos em Scott 1988/ 1994; Tilly 1990; Costa, Bruschini 1992 e Rago 1998.

das tensões, dos conflitos e das contradições originadas nas relações sociais em que são articuladas (Scott 1995: 86-87; Heilborn 1992: 93; Montserrat 2000: 164). Isso significa que as palavras “homem” e “mulher”, em si mesmas, não permitem antever as condutas e os papéis vivenciados por cada um deles, se não identificados os valores culturais e as relações que lhes dão sentido, assim como as divergências e os embates sociais e discursivos estabelecidos entre os grupos sociais.

Dessa maneira, com a proposta de analisar os significados de feminino e masculino, caracterizados em relações sociais específicas, faz-se importante refletir sobre dois aspectos fundamentais: primeiro, a idéia de imposição do poder do homem sobre a mulher, denunciada pelo feminismo; segundo, a investigação que leva a perguntar se as relações de gênero devem, necessariamente, ser fundamentadas em relações de poder.

Com a influência das reflexões pós-modernistas nos estudos feministas e de gênero, a aceitação de diversos perfis de feminilidade e de masculinida-

de coloca em discussão a idéia da supremacia do poder do “homem” sobre a “mulher”, na medida em que a noção generalizante de imposição masculina não pode dar respostas satisfatórias à diversidade de comportamentos atribuídos tanto a um como a outro. Com relação a essa questão, considero pertinente a observação de Lia Machado (1992b: 35) sobre a escolha que os estudiosos de gênero podem fazer entre adotar uma postura que estabeleça a dominação masculina e obscureça a percepção de diferentes poderes, muitas vezes instalados no feminino e não no masculino, ou definir que as relações de gênero podem ser relações de poder, mas, também, relações complementares, recíprocas ou de prestígio.

Essa observação é particularmente significativa para a análise do mundo romano. Durante o Principado (séculos I e II d.C.), o vasto território que compunha a sociedade romana circundava todo o mar Mediterrâneo e integrava inúmeras regiões, com povos diversos, anexadas ao longo do processo de conquista, como pode ser observado no mapa seguinte:

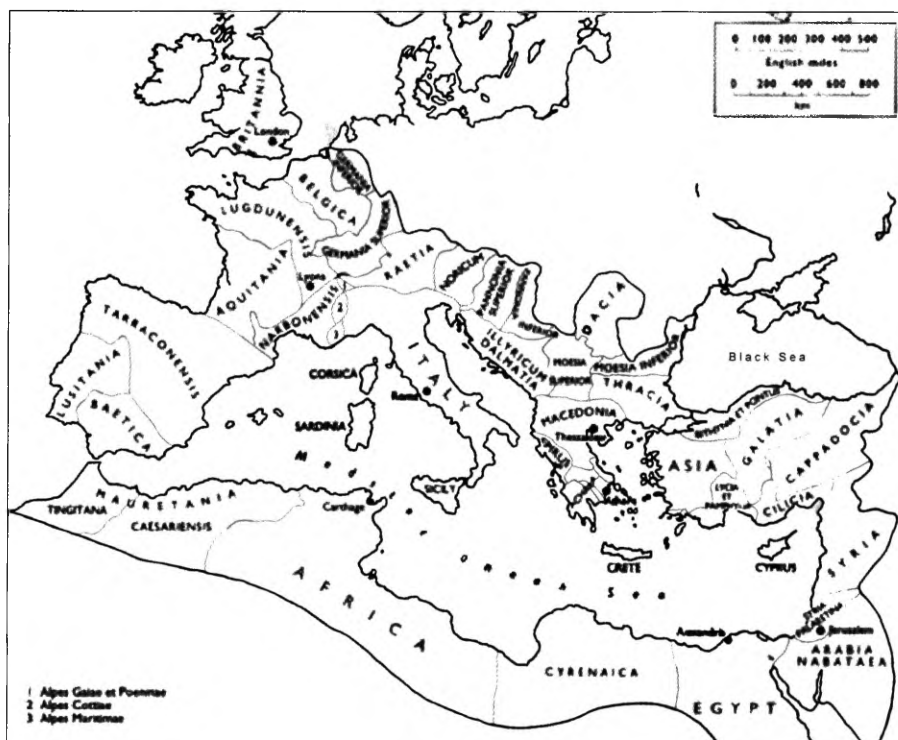


Fig. 1 – Províncias do Império romano no início do Século II d. C. (Huskinson 2000: xi).

A composição desse imenso império emaranhado de latinos, gálatas, egípcios, béticos, germanos, dácios, gregos, entre tantos outros, denotam diversidades jurídicas, econômicas, étnicas, de idade, sexo, profissão e língua que acabam sendo camufladas e simplificadas pela expressão “povo romano”. Variedades que interferiam no lugar social ocupado pelos diferentes indivíduos e que são elementos importantes a serem considerados pelo pesquisador interessado em uma análise de gênero e de poder (Funari 1995: 180; Skinner 1997: 13; Montserrat 2000: 165). Isso não significa desconsiderar o caráter patriarcal da sociedade romana e o monopólio das relações públicas e dos cargos políticos por determinados homens, mas é preciso cuidado em não transferir, para o passado, sentidos atuais, formulados para diferentes conceitos. Essa transposição e a conclusão de uma inferioridade e opressão social feminina romana, tomada como “natural” em uma sociedade “falocêntrica”, há anos vem sendo questionada.

A releitura de obras literárias e o uso de outras evidências históricas, como as fontes epigráficas, arqueológicas e iconográficas, têm possibilitado alterar essa transposição de valores e situações atuais para a Antiguidade e refletir sobre os significados que conceitos como, por exemplo, *pater familias*, política, espaço público e privado poderiam ter adquirido na sociedade romana.

Autores como Thomas (1990: 136) e Grimal (1991: 62) analisaram a situação jurídica de mulheres livres, filhas ou esposas de cidadãos e defendem como a menoridade civil feminina romana e a sua subordinação à autoridade do pai não se restringiam apenas às mulheres. Em uma família, tanto elas quanto os seus irmãos estariam submetidos ao poder do pai, pois o cidadão romano adquiria personalidade civil autônoma, deixando o seu estado de dependência legal, somente ao ser designado como o responsável pela família, título conquistado após a morte do patriarca. Mas quais seriam os níveis dessa autoridade paterna denominada, em latim, de *patria potestas*? A análise de fontes literárias e jurídicas romanas, apresentada por Treggiari, expõe como nós criamos uma imagem rígida e absoluta do poder paterno de um cidadão romano sobre os seus filhos e filhas, que não é consensual nem mesmo entre autores romanos (Treggiari s/d:

96). As profundas mudanças pelas quais teria passado a sociedade romana com a transição da República para o Império, a participação de filhos(as) nos negócios do pai, a possibilidade de aqueles recusarem o esposo(a) escolhidos pelo pai, quando este desconsiderava o estatuto de cidadania ou a condição moral dos eleitos, o tipo de casamento efetuado, entre outros pormenores, seriam alguns dos aspectos que influenciavam as relações entre pais e filhos.

Outro aspecto a ser considerado é a atenção dada às variações ocorridas segundo o momento histórico em que se constituíam. Alterações nas leis, durante o final da República e início do Império, atestam mudanças na condição feminina. O próprio Augusto efetuou uma série de revisões nas leis matrimoniais promulgadas em 18 a.C. (*lex Iulia de adulteriis coercendis* e *lex Iulia de maritandis ordinibus*), dentre elas, as que continham implicações na maternidade e na paternidade. Com elas ficou estabelecido que a romana livre, casada ou não, que passasse por três gestações (para as libertas ou livres itálicas, quatro, e para as provinciais, cinco), tendo os filhos sobreviventes ou não, estaria isenta do controle dos agnados sobre elas. Legalmente, essas mulheres deixavam de estar sob o poder paterno e passavam, elas próprias, a gerir o seu patrimônio, situação que se estendeu posteriormente a todas as outras, com exceção do dote, administrado pelo esposo enquanto estivesse a mulher casada.⁸

Quanto à idéia do confinamento feminino ao lar, dedicada a fiar a lã e administrar a casa e, portanto, distante da vida pública e do centro das decisões políticas e de poder, pesquisas recentes ajudam a repensar a questão. Essa imagem atribuída a uma mulher da alta sociedade, casada (matrona), apresentada na literatura e de acordo com a tradição do *mos maiorum*, idealizada durante a República, manteve-se em nível discursivo embora já convivendo com uma redefinição dos papéis sociais femininos. Sobre essa questão, dois argumentos podem ser mencionados.

O primeiro deles diz respeito à caracterização da casa romana como um espaço privado, destinado ao descanso e restrito à convivência familiar,

(8) Sobre essa questão, ver Suetônio, *Diuus Augustus*, 34, em *Vite dei Cesari*. Cf., também, Cohen, s/d: 109-10.

agora discutida sob um ponto de vista arqueológico.⁹ Wallace-Hadrill (1994: 5 e 10), por exemplo, considera que no interior dessas casas aristocráticas desenvolviam-se articulações políticas e relações de clientelismo com pessoas de diferentes estratos sociais, recebidos em espaços específicos de acordo com a sua posição social. Com isso, o próprio âmbito da casa integraria as duas extensões e leva a supor que mulheres estavam mais próximas de discussões políticas do que o imaginado.

A separação entre as esferas pública e privada seria também inapropriada para as casas menores de Pompéia. Segundo Laurence (1994: 131), era comum as pessoas trabalharem e morarem no mesmo local, o que fazia com que homens e mulheres permanecessem juntos grande parte do tempo, constituindo outros tipos de relações que não correspondem à divisão tradicionalmente estabelecida. Esse estudo de Laurence nos faz pensar que, ou esses homens não participavam das discussões políticas tanto quanto as mulheres que habitavam e trabalhavam ali, ou que o modelo de análise precisa ser revisto para poder compreender situações que não se enquadram no molde formulado. Os grafites pompeianos com indicações eleitorais nos convencem da segunda alternativa, como será mostrado mais diante.

O outro elemento está relacionado às mulheres que participavam do denominado espaço público. López aduz que pertencer a um grupo familiar era fundamental para poder integrar-se à vida da cidade (López 1994: 45). A participação de mulheres abastadas, identificadas pelo nome de sua família, é atestada na sociedade romana por meio da política de benefícios e de construções públicas; no apoio financeiro a jogos e na distribuição de alimentos; nas relações pessoais, desenvolvidas por meio do sistema de clientela e de *amicitia*; no patrocínio a corporações de ofício e no gerenciamento de propriedades particulares e de negócios familiares (cf., entre

outros, Pomeroy 1978; Cameron, Kuhrt 1983; Boatwright 1991: 248-272; Rawson 1995; Franco 2000: 1269-1278; Cantarella 1999a e 1999b; Mossé 1999; Morretta 1999; Dimopoulou 1999; Hemelrijk 1999).

A cidade de Pompéia guarda inúmeras evidências materiais da participação feminina de diferentes estratos sociais na economia, na vida social e no apoio a candidatos em escrutínios locais (Tanzer 1939; LeGall 1970; Treggiari 1981; Savunen 1995). Uma das mais notáveis de que se tem registro é Eumáquia, mencionada em uma inscrição celebrativa e em uma estátua honorífica encontrada na entrada do grandioso edifício dos *fullones*,¹⁰ sede de uma das maiores corporações de Pompéia, da qual era patrona.

A representação de Eumáquia com o manto sobre o corpo, a divisão dos cabelos, o rosto harmoniosamente ovalado e sua expressão indefinida, com os olhos profundos e sonhadores é, segundo Étienne e de Franciscis, inspirada em modelos estatutários gregos do século IV a. C., comumente retratados em estátuas romanas (de Franciscis s/d: 91; Étienne 1971: 153).

Autores como D'Avino e Étienne consideram que Eumáquia, da *gens* dos *Eumachii*, deveria ser uma ativa e afortunada senhora de uma família proprietária de vinhedos e de indústria de ladrilhos, da qual se tem referência de outros membros como *Lucius Eumachius Fuscus* (candidato a edil em 32 d. C.), *Lucius Eumachius Erotus* e um *Lucius Eumachius* (D'Avino 1964: 33 e Étienne 1971: 153).

Logo nas colunas de entrada do edifício encontra-se a inscrição que explicita a sua condição de sacerdotisa pública e patrona da associação dos *fullones*, com a qual contribuiu financeiramente para a construção do edifício:

(10) Segundo de Franciscis (s/d: 91), este edifício seria usado para depósito e venda de lã e de tecidos, tese com a qual Étienne concorda, embora saliente que a suntuosidade do edifício e a notoriedade dos personagens, representados nas estátuas ali encontradas, parecem-lhe indicar uma certa similaridade com o ambiente do Foro Imperial, espaço público destinado ao culto. Como a inscrição informa sobre a participação de Eumáquia em sua construção, portanto, de seu caráter privado, a exuberância deste edifício parece-lhe um sinal evidente da riqueza dessa pompeiana, cuja ostentação também foi manifestada no mausoléu que construiu para si mesma e para sua família (Étienne 1971: 155).

(9) Cândida López, em seu estudo sobre as mulheres no mundo antigo, considera que se convencionou, na historiografia romana moderna, estabelecer a casa como símbolo da esfera privada e o fórum como o espaço da política, do poder e da vida pública. Este seria o lugar da palavra, da reflexão e do uso da razão entre os "iguais" e como as mulheres não ocupavam os cargos políticos públicos, consideravam-nas marginalizadas e afastadas desse meio. Cf. López 1994: 35-77.

*EUMACHIA L F SACERD PUBL NOMINE
SUO ET M NUMISTRI FRONTONIS FILI
CHALCIDICUM CRYPTAM PORTICUS
CONCORDIAE AUGUSTAE PIETATI SUA
PECUNIA FECIT EADEMQUE DEDICAVIT*
(CIL, X, 810)

Eumáquia, filha de Lúcio, sacerdotisa pública, em seu nome e de seu filho M Numistro Frontão, fez, com sua pecúnia, a galeria do mercado, um criptopórtico e vestibulos em honra à Concórdia Augusta e à Piedade (Augusta).

Étienne apresenta uma interessante leitura sobre a escolha das palavras utilizadas nesta inscrição: Piedade Augusta faria alusão aos sentimentos de Tibério para com sua mãe Lívia, depois de sua enfermidade no ano de 22 d. C. e Concórdia celebraria a união sentimental do filho com a sua mãe. Para esse autor, não há dúvidas de que Eumáquia teria se inspirado naquele modelo de sentimento familiar, associando ao seu filho a dedicatória do monumento. Além disso, como sacerdotisa pública, também deveria render culto a Lívia (Étienne 1971: 153). O caso de Eumáquia é um dos exemplos da participação de mulheres abastadas na vida pública da cidade, atestada por meio desse conjunto de fontes materiais - inscrição, estátua e mausoléu - que não são perceptíveis na literatura.

E essa dedicação a *res publica*, segundo Nicolet, constituía-se em uma das atribuições essenciais da cidadania romana (1992: 24-30). Essas mulheres participariam, de uma maneira mais ou menos direta, das decisões comuns da comunidade, sendo razoável considerar que a sua participação na organização do espaço comunitário em que viviam sinalizava uma integração política nas esferas do poder local.

A atuação feminina também pode ser observada em outra esfera que, até alguns anos atrás, era considerada como essencialmente masculina: campanhas políticas. Em Pompéia, foram encontrados cartazes de propagandas eleitorais, denominados *programmata*,¹¹ que indicam a presença feminina no apoio e indicação de candidatos.¹²

(11) Inscrições eleitorais pintadas - *tituli picti*.

(12) A análise das inscrições eleitorais citadas segue, com algumas variações, as idéias apresentadas no artigo *Sobre o feminino e a cidadania em Pompéia* (Revista Pyrene, Barcelona, no prelo), que escrevi em parceria com Fábio Favarsani.



Fig. 2 – Imagem de Eumáquia preservada no Museu Nacional de Nápoles (de Franciscis s/d: 91).

Nessas inscrições verificam-se apoios tanto de familiares, como o caso de Tédia Segunda pedindo votos para seu neto L. Popídio Segundo (CIL, IV,

7469), como de mulheres de diferentes ocupações e condições jurídicas e sociais.

Cássia e seu marido, Cerialis, pedem voto a A. Trébio Valente em uma mesma inscrição (CIL, IV, 7669). A menção dos dois nomes parece indicar que Cássia tinha independência para apoiar um candidato diferente daquele escolhido por seu marido. Não fosse assim, para que seu nome seria explicitado? Mesmo porque, se o apoio da esposa necessariamente acompanhasse o do marido, não precisaria ser mencionado.

Aselina, considerada como a chefe de um grupo de prostitutas por D'Avino (1964: 49), deixou registrado, juntamente com outras garotas, suas indicações aos pleitos locais. Aselina teria a seu cargo Egle (grega), Maria (judia), Esmirna ("exótica"). Ainda há outras, como Palmira ("oriental"), por exemplo, mas esta a serviço de Hermes. Aselina apóia dois candidatos a *duumviro*; Esmirna, também (CIL, IV, 7863, 7864 e 7873).¹³ Um deles coincide e elas fazem uma única inscrição para manifestar sua preferência por C. Lolio Fusco. Quanto ao outro candidato, há divisão. Aselina prefere L. Ceio Segundo, e Esmirna, C. I. Políbio. Mas nenhuma das duas tem candidato à edilidade. Nesta casa, o apoio a edis ficou por conta de Maria e Egle. Cada uma delas, como fica claro, tinha independência para escolher seus candidatos.

Como estas, também deixaram as suas menções trabalhadoras de tabernas como Polia, que apoiou Cn. Cerino Vátia à edilidade (CIL, IV, 368;) e Ferusa, que preferiu L. Popídio Segundo (CIL, IV, 7749). Da mesma maneira fizeram outras mulheres.¹⁴

E o que justificaria essa participação em campanhas eleitorais se não há indícios da possibilidade de votarem ou serem votadas? Procurando analisar algumas razões que levariam mulheres a apoiarem publicamente candidatos, uma justificativa poderia estar na possibilidade de elas exercerem

poder político por meio da *amicitia* e clientela. Mas essa não é a única possibilidade, pois, como foi visto anteriormente, dentre as assinaturas presentes nos cartazes encontravam-se nomes de mulheres de diferentes *status* sociais, incluindo libertas e escravas, teoricamente sem possibilidades financeiras para trocas políticas.

Então, como compreender essa participação de mulheres ricas ou não na vida política do município? Autores como Savunen (1995) e Will (1979) sugerem que os *programmata* podem ser vistos como uma atividade coletiva da qual mulheres faziam parte como membros ativos, dando suas opiniões, discutindo política, apoiando e indicando candidatos e que, talvez, essa participação na organização da comunidade fosse mais importante do que as eleições em si mesmas.

É certo que em um universo de, aproximadamente, 2500 cartazes encontrados em Pompéia, apenas 750 possuem o nome da pessoa que está apoiando e, dentre esses, somente 52 apresentam nomes de mulheres (Bernstein 1987: 180 e Savunen 1995: 195). Seriam números inexpressivos em uma população de cerca de 10.000 habitantes? Alguns dirão que sim, entretanto, a importância não está no número, mas no fato de esses cartazes indicarem possibilidade de participação feminina jamais imaginada tempos atrás.

Esses registros históricos certificam possibilidades financeiras e de participação de pompeianas na organização da cidade e, ainda, a necessidade de releituras de seu papel na sociedade romana. Assim, mais do que a aprovação irrestrita de um domínio do "homem", é importante estar atento aos variados exemplos de atuação social e de papéis desempenhados pelos "masculinos" e os "femininos", o que propicia uma abertura para o conhecimento do heterogêneo, do diverso e da complexidade que envolvia as relações sociais e históricas romanas.

Dessa maneira, como diz López:

es fundamental considerar la existencia de sociedades donde los roles sociales no se corresponden en su atribución sexual a los modelos de dominio o sumisión con los que se identifica en los tiempos modernos, e incluso, en sociedades definidas claramente como patriarcales pueden existir perfiles no tan definidos en su atribución como nos imaginamos desde nuestra perspectiva actual (López 1994: 44).

(13) Para Della Corte, em comentários apresentados abaixo das inscrições, esses nomes estariam associados às mulheres de condição servil. Mas a condição de cada uma delas só pode ser identificada quando mencionada na própria inscrição.

(14) Cf., entre outros exemplos, Júnia (CIL, IV, 1168), Epídia (CIL, IV, 6610) e Sutória Primigênia (CIL, IV, 7464), na campanha de 79; Cornélia (CIL, IV, 3479), em 77; Caprásia (CIL, IV, 171), em 76; e Víbia (CIL, IV, 3746), cujo candidato não foi possível discernir.

Gênero e estudos das mulheres

É tênue o limiar entre os estudos de gênero e os estudos das mulheres desenvolvidos para a Antigüidade romana. Logo no início da década de 1990, foi publicada uma coleção de grande prestígio, inclusive no Brasil, chamada *Histoire de la Femme*,¹⁵ cujo primeiro volume foi dedicado à Antigüidade. Sob a influência da Escola dos *Annales*, e com o objetivo de fugir das representações universais sobre as mulheres, Georges Duby e Michelle Perrot propõem uma investigação de diferentes aspectos da vida feminina no mundo ocidental, a partir do contexto de uma história relacional, preocupada com a sociedade como um todo e, portanto, também com os homens. Destaca-se a busca pela diversidade de papéis e poderes femininos e, no último capítulo, Pauline Pantel apresenta uma série de reflexões geradas pela História das Mulheres e uma rápida trajetória de uma história do gênero. Ela também considera esse caminho como categoria analítica útil para as necessidades de formulações teóricas geradas com a propagação dos estudos de casos, quando bem especificado o sentido dado ao termo gênero, na grande maioria das vezes empregado de forma geral e vaga para designar simplesmente o fato de existirem homens e mulheres. O que lhe confere apenas um sentido descritivo, neutro e consensual (Pantel 1993: 595-6).

Em 1993, foi publicado *Feminist theory and the classics* (Rabinowitz e Richlin 1993), contemplando aspectos mais teóricos e apresentando severas críticas aos métodos de pesquisa ainda predominantes sobre o Mundo Antigo:

The fact is that classics has, with few exceptions, been anti-theory in general and anti-feminist in particular. ... certain questions tend not to be asked, for example, questions about social class, gender, ethnicity, the relationship between author and audience, or outside influences on the author (Rabinowitz 1993: 1 e 5).

Importantes reflexões teóricas são apresentadas e uma preocupação central permeia os textos, a busca pelos diversos femininos. Assim, há uma mudança de enfoque - da mulher para as mulheres - e o destaque para as diferenças existentes entre elas, marcadas pela percepção de *classes, races, ethnicities and sexualities* (Rabinowitz 1993: 11). Embora haja o realce para as relações de gênero como uma das categorias de análise, ainda não é perceptível uma clara articulação entre masculino e feminino nos estudos aí apresentados.

Nessa mesma linha, segue o Primeiro Congresso Internacional sobre Mulheres na Antigüidade (*Women in Antiquity*), realizado em Oxford, também em 1993.¹⁶ Consistentes críticas teóricas são apresentadas aos métodos tradicionais de interpretação histórica e à utilização de outras fontes que não as literárias, e são indicadas como importantes para impulsionar estudos de diferentes temas sobre o universo feminino. Com exceção do artigo de Lin Foxhall, que parece mais próximo de uma discussão de gênero, os demais estão centralizados na esfera da mulher. Mesmo assim, as editoras do livro Hawley e Levick enfatizam como as discussões desenvolvidas em torno da temática feminina teriam levado a um amadurecimento das questões de gênero:

The theme of the conference "Women in Antiquity" New Assessments had two sources: the changes that a theme naturally undergoes when it is treated over a number of years, and our own awareness that the emphasis of the seminar was also changing, and rightly, away from "women" towards "gender studies" (Hawley e Levick 1995: xiii).

Ainda no campo das representações dos femininos, no ano de 1998, Sandra Joshel e Sheila Murnaghan editam o livro *Women & slaves in Greco-Roman culture*. Um aspecto inovador dessa obra é o número de reflexões em torno da condição de mulheres escravas, representadas sob variados ângulos em obras da literatura greco-romana. Em direção às discussões de gênero, dois artigos apresentam a questão em análises sobre a construção da identidade na oratória romana

(15) Publicação italiana de Duby e Perrot (Orgs.), *Storia delle Donne*, 1990. Logo após três anos saiu a tradução portuguesa *História das Mulheres no Ocidente*. A Antigüidade.

(16) Os textos apresentados foram publicados posteriormente por Hawley e Levick.

(Connolly 1998) e em símbolos de gênero e *status* na casa romana (Saller 1998).

Concepções do feminino e relações de gênero, nos estudos da Antigüidade, são questões que ainda caminham muito próximas e esse aspecto também pode ser observado aqui no Brasil. Apresento dois exemplos sobre isso: o primeiro deles é o dossiê Gênero e História, apresentado na revista *História: questões e debates*, no qual se verifica um predomínio das discussões na questão da representação do feminino ou do masculino, mas com pouca articulação entre eles, o que seria peculiar da análise de gênero. O mesmo acontece no volume *Amor, desejo e poder na Antigüidade: relações de gênero e representações do feminino* organizado por Funari, Feitosa e Silva (2003). O nosso objetivo inicial era o de publicar um livro no qual se vislumbrassem articulações entre os femininos e os masculinos em diversas sociedades da Antigüidade, por meio das discussões de gênero, mas o número de textos apresentados com destaque para as representações do feminino fez com que o título do livro fosse adequado para contemplar, também, esse enfoque.

Assim, a observação feita por Pantel, anos atrás, sobre a importância de se especificar a função de gênero no conjunto das relações sociais e as contribuições de seu estudo para o conhecimento histórico, ainda é um grande desafio para os historiadores interessados nesse tipo de análise. Entretanto, ainda que muito ligado ao exame do feminino, são perceptíveis, tanto no Brasil como no exterior, avanços nas caracterizações de feminino e de masculino na Antigüidade, sob o ângulo de gênero e em acordo com as posições sociais ocupadas por cada um.

Agradecimentos

Agradeço as contribuições de Pedro Paulo A. Funari, André L. Chevitarese, Maria Isabel D'A. Fleming, João Batista P. Toledo, Norma Musco Mendes, Renata S. Garraffoni e Fábio Favarsani. Também sou grata à FAPESP pelo apoio financeiro que viabilizou essa pesquisa. A responsabilidade pelas idéias apresentadas recai apenas sobre mim.

FEITOSA, L.M.G.C. History, gender, love and sexuality: methodological views. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 13: 101-115, 2003.

ABSTRACT: This paper uses a gender approach to study ancient Roman history and discusses theoretical issues on writing and historical knowledge. Taking into account gender and love relations, the paper tries to define what is feminine and masculine. To do that, studies on the recent historiography relating to the Roman world are carried out, particularly studies on women.

UNITERMS: History theory – Gender studies – Love – Sexuality.

Referências bibliográficas

1. Documentação Antiga

CORPUS INSCRIPTIONUM LATINARUM, V.IV:

DELLACORTE, M.

1952, 1955, *Inscriptiones Pompeianae parietariae*
1963, 1970 *et vasorum fictilium*, supp. pars III. fasc.
1-4. Berlin: Akademie Verlag.

MAU, A., ZANGEMEISTER, C.

1909 *Inscriptionum parietarum pompeianarum*,
supp. pars II. Berlin: Akademie Verlag.

ZANGEMEISTER, C., SCHOENE, R.

1871 *Inscriptiones parietariae Pompeianae, Herculanae, Stabianae*. Berlin: Akademie der Wissenschaften.

ZANGEMEISTER, C.

1898 *Tabulae ceratae Pompeis repertae*, supp.
pars I. Berlin: Akademie Verlag.

SUETÔNIO, C. T.

1998 *De vita duodecim Caesarum libri VIII*.
Milano: BUR (Edição bilingüe: latim e italiano).

2. Dicionários

CARY, M. *ET ALII*.

1953 *The Oxford classical dictionary*. 3ª ed. Oxford: Clarendon Press.

ERNOU, A.

1967 *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine*. Paris: Livraria C. Klicksieck.

3. Textos Contemporâneos

BARTHES, R.

1988 *O rumor da língua*. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense.

BERNSTEIN, F.S.

1987 *The public role of Pompeian women*. Michigan: Ann Arbor.

BESSA, K. A.M. (ORG.)

1998 Trajetórias do gênero, masculinidades... *Cadernos Pagu*, 11.

BOATWRIGHT, M.T.

1991 Pancia Magna of Perge: women's roles and status in Roman Asia Minor. S. Pomeroy (Ed.) *Women's history and ancient history*. London, The University of North Carolina Press: 249-272.

CAMERON, A.; KUHRT, A. (EDS.)

1983 *Images of women in antiquity*. Detroit: Wayne State University Press.

CANTARELLA, E.

1999a *Qualque considerazione sul lavoro femminile a Pompei*. *Saitabi*, 49: 259-272.

1999b *Pompei*. I volti dell'amore. Milano: Mondadori.

CAPLAN, P. (ED.)

1996 *The Cultural construction of sexuality*. 7ª ed. London: Routledge.

CASTORIADES, C.

1982 *A instituição imaginária da sociedade*. 2ª ed. Tradução de Guy Rynaude. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CHARTIER, R.

1990 *A história cultural: entre prática e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel.

1994 *A história hoje: dúvidas, desafios, propostas*. *Estudos históricos*, 7 (13): 97-113.

COHEN, D.

s/d. The Augustan law on adultery: the social and cultural context. D.I. Kertzer; R.P. Saller (Eds.) *The family in Italy*. New Haven/London, Yale University Press: 109-126.

CONNOLLY, J.

1998 Mastering corruption: constructions of identity in Roman oratory. S.R. Joshel; S. Murnaghan (Eds.) *Women & slaves in Greco-Roman culture*. London, Routledge: 130-151.

COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. (ORGS.)

1992 *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/São Paulo: Fundação Carlos Chagas.

D'AVINO, M.

1964 *La donna a Pompei*. Napoli: Loffredo.

DE CERTEAU, M.

1999 *A invenção do cotidiano*. 1: Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 4ª ed. Petrópolis: Vozes.

DE FRANCISCIS, A.

s/d. *Pompei, civiltà e arte*. Museo Archeologico di Napoli. Oplontis, Ercolano, Stabiae. Napoli: Interdipress.

DELLACORTE, M.

1954 *Case ed abitanti di Pompei*. Roma: L'Erma.

DIMOPOULOU, A.

1999 *Medica, obstetrix, nutrix: les femmes dans les métiers médicaux et paramédicaux dans l'Antiquité grecque et romaine*. *Saitabi*, 49: 273-287.

DUBY, G., PERROT, M. (DIR.)

1993 *História das mulheres no Ocidente*. A Antigüidade. Tradução de M.H.C. Coelho et alii. v. 1. Porto: Afrontamento.

ÉTIENNE, R.

1971 *La vida cotidiana en Pompeya*. Traducción de Jose A. Miguel. Madrid: Aguilar.

EWALD, F.

1993 *Foucault a norma e o direito*. Tradução de Antônio F. Cascais. Lisboa: Veja.

FEITOSA, L.M.G.C.

2000 Teoria da História e a questão de gênero na Antigüidade Clássica. M. Rago; R.A.O. Gimenes (Orgs.) *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas, Ed. Unicamp: 235-252.

FOUCAULT, M.

1984 *Dits et écrits*. Paris: Gallimard.

FOWLER, D.

2000 *Roman constructions*. Readings in Post-Modern Latin. New York: Oxford.

FRANCO, H.G.

2000 Participación de la mujer hispanorromana en la producción y comercio del aceite Bético. *Actas del Congreso Internacional ex Baetica Amphorae: Conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio Romano*, 4: 1269-1278.

FUNARI, P.P.A.; SILVA, G.J.; FEITOSA, L.C.

2003 *Amor, desejo e poder na Antigüidade: relações de gênero e representações do feminino*. Campinas: Ed. Unicamp.

FUNARI, P.P.A.

1995 Romanas por elas mesmas. *Cadernos Pagu*, 5: 179-200.

FUNARI, P.P.A.; HALL, M.; JONES, S. (ORGS.)

1999 *Historical Archaeology*. Back from the edge. London/New York: Routledge.

GRIMAL, P.

1991 *O amor em Roma*. Tradução de Hildegard F. Feist. São Paulo: Martins Fontes.

HALLETT, J.P., SKINNER, M.B. (EDS.)

1997 *Roman sexualities*. New Jersey: Princeton.

HARLAN, D.A.

2000 História intelectual e o retorno da literatura.

- M. Rago; R.A.O. Gimenes (Orgs.) *Narrar o passado, repensar a História*. Campinas, Unicamp: 15-62.
- HAWLEY, R.; LEVICK, B.
1995 *Women in antiquity*. London: Routledge.
- HEILBORN, M.L.
1992 *Fazendo gênero? A Antropologia da mulher no Brasil*. A.O. Costa; C. Bruschini (Orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas: 93-126.
- HEMELRIJK, E.A.
1999 *Matrona docta*. Educated women in the Roman from Cornelia to Julia Domna. London/ New York: Routledge.
- HUSKINSON, J.
2000 Looking for culture, identity and power. J. Huskinson *Experiencing Rome*. Culture, identity and power in the Roman Empire. Oxford, Routledge: 3-27.
- JONES, S.
1997 *The Archaeology of ethnicity*. Constructing identities in the past and present. Londres: Routledge.
- JOYCE, P.
1995 The end of social history? *Social history*, 20 (1): 73-91, Jan.
- KAMPEN, N.
1981 *Image and status: Roman working women in Ostia*. Berlin: Mann.
- LAURENCE, R.
1994 *Roman Pompeii*. Space and society. London: Routledge.
- LE GALL, J.
1970 *Metiers des femmes ou Corpus Inscriptionum*. *REL*, 47 bis: 123-130.
- LÓPEZ, C.M.
1994 *Las mujeres en el mundo antiguo*. Una nueva perspectiva para reinterpretar las sociedades antiguas. M.J.R. Mampaso *et alli* (Eds.) *Roles sexuales*. La mujer en la historia y la cultura. Madrid, Clásica: 35-54.
- MACHADO, L.Z.
1992a Introdução. A.O. Costa; C. Bruschini (Orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos/ Fundação Carlos Chagas: 9-14.
1992b *Feminismo, academia e interdisciplinaridade*. A.O. Costa; C. Bruschini (Orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos/ Fundação Carlos Chagas: 24-38.
- MONTSERRAT, D.
2000 Reading gender in the Roman World. J. Huskinson (Ed.) *Experiencing Rome*. Culture, identity and power in the Roman Empire. Oxford, Routledge: 153-182.
- MORRETA, S.
1999 *Donne imprenditrici nella produzione e nel commercio dell'olio Betico (I-III séc. d.C.)* *Saitabi*, 49: 229-245.
- MOSSÉ, C.
1999 *Le travail des femmes dans l'Athènes de l'époque classique*. *Saitabi*, 49: 223-227.
- NICOLET, C.
1992 *O cidadão e o político*. A. Giardina (Dir.) *O homem romano*. Tradução de Maria J. V. Figueiredo. Lisboa, Presença: 19-48.
- PANTEL, P.S.
1993 *A história das mulheres na história da Antigüidade, hoje*. G. Duby; M. Perrot (Dir.) *História das mulheres no Ocidente*. A Antigüidade. Tradução de M.H.C. Coelho *et alii*, v. 1. Porto, Afrontamento: 591-603.
- PEDRO, J.M.; GROSSI, M.P. (Orgs.)
1998 *Masculino, feminino, plural*. Gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Ed. Das Mulheres.
- PERROT, M.
1989 *Práticas da Memória Feminina*. Tradução de Cláudio H. de M. Batalha e Miriam P. Grossi. *Revista Brasileira de História*, 9, (18): 9-18, ago./set.
- POMEROY, S.B.
1978 *Donne in Atene e Roma*. Traduzione di Laura Comoglio. Torino: Einaudi.
- RABINOWITZ, N.S.
1993 *Introdução*. N.S. Rabinowitz; A. Richlin (Eds.) *Feminist theory and the classics*. New York, Routledge: 1-20.
- RABINOWITZ, N.S.; RICHLIN, A. (Eds.)
1993 *Feminist theory and the classics*. New York: Routledge.
- RAGO, M.
1998 *Epistemologia feminista, gênero e história*. J. Pedro e P. Grossi (Orgs.) *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. das Mulheres.
- RAGO, M.; GIMENES, R.A.O. (Orgs.)
2000 *Narrar o passado, repensar a História*. Campinas: Unicamp.
- RAWSON, B.
1995 *From 'daily' life to 'demography'*. R. Hawley; B. Levick *Women in Antiquity*. London, Routledge: 1-20.
- SAFFIOTI, H.J.B.
1992 *Rearticulando gênero e classe social*. A.O. Costa; C. Bruschini (Orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos/ Fundação Carlos Chagas: 183-215.
- SALLER, R. P.
1998 *Symbols of gender and status hierarchies in the Roman household*. S.R. Joshel; S. Murnaghan (Eds.) *Women and slaves in Greco-Roman culture*. London/New York, Routledge: 85-91.
- SAVUNEN, L.
1995 *Women and elections in Pompeii*. R. Hawley; B. Levick (Orgs.) *Women in Antiquity*. London, Routledge: 194-206.

- SCHMITT, J.C.
1990 A História dos marginais. J. Le Goff (Org.) *A História Nova*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes: 261-284.
- SCOTT, J.
1988 *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press.
1995 Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade: gênero e educação*, 20(2): 71-99.
1994 Prefácio a *Gender and Politics of History*. Tradução de Mariza Corrêa. *Cadernos Pagu*, 3: 11-27.
- SENA, J.
1992 *Amor e outros verbetes*. Rio de Janeiro: Edições 70.
- SKINNER, M.
1997 Introduction. J.P. Hallett; M.B. Skinner (Eds.) *Roman sexualities*. New Jersey: Princeton: 1-14.
- TANZER, H.H.
1939 *The common people of Pompeii*. A study of the graffiti. Baltimore: The Johns Hopkins Press.
- THOMAS, Y.
1990 A divisão dos sexos no direito romano. P. Pantel (Dir.) *História das Mulheres*. A Antiguidade. Porto, Afrontamento: 127-202.
- THOMPSON, E.P.
1981 *A miséria da teoria*, ou um planetário de erros. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar.
- TILLY, L.A.
1990 Genre, histoire des femmes et histoire sociale. *Génesis*, 2: 48-166.
- TREGGIARI, S.
s/d. Ideals and practicalities in matchmaking in Ancient Rome. D.I. Kertzer; R.P. Saller (Eds.) *The family in Italy*. New Haven/London, Yale University Press: 91-108.
1975 Jobs in the Household of Livia. *PBSR*, 43(30): 48-77.
1976 Jobs for women. *AJAH*, 1: 76-104.
- VEYNE, P.
1982 *Como se escreve a história*. Tradução de Alda Baltar e Maria A. Kneipp. Brasília: UnB.
- WALLACE-HADRILL, A.
1994 *Houses and society in Pompeii and Herculaneum*. Princeton: Princeton University Press.
- WHITE, H.
1994 *Trópicos do discurso*. Tradução de Alípio C.F. Neto. São Paulo: Edusp.
- WILL, E.L.
1979 Women in Pompeii. *Archaeology*, 32 (5): 34-43.

Recebido para publicação em 10 de janeiro de 2003.